

DECOLONIALIDADE E ESPORTE: MULHERES NEGRAS NA LINHA DE CHEGADA!

DECOLONIALITY AND SPORT: BLACK WOMEN AT THE FINISH LINE

DECOLONIALIDAD Y DEPORTE: MUJERES NEGRAS EN LA LÍNEA DE META

Paula Viviane Chiés

<http://orcid.org/0009-0001-4828-1126> 

<http://lattes.cnpq.br/7061328058335074> 

Universidade Estadual de Goiás (Porangatu, GO – Brasil)

paula.chies@ueg.br

Resumo

O objetivo da pesquisa foi discutir a importância do conhecimento histórico crítico-reflexivo da participação de mulheres negras no Esporte como alternativa de decolonialidade dos saberes nas aulas de Educação Física Escolar. Com aporte teórico-metodológico qualitativo, o estudo desenvolveu uma análise documental no campo da História Cultural, tendo abrangido um levantamento digital de dados acerca da participação de mulheres negras no Esporte brasileiro, a partir de publicações no periódico carioca Sport Ilustrado (1920 a 1956). Os resultados evidenciaram que as mulheres negras enfrentaram diversas interdições e arbitrariedades camufladas pelo discurso retórico da democracia racial, por isso, a presença dessas atletas em provas e tendo suas classificações expostas pela mídia, não significa que tenham tido em suas trajetórias esportivas, espaço e valorização equânimes com outras mulheres e/ou homens brancos, em diferentes classes sociais.

Palavras-chave: Decolonialidade; Esporte; Mulheres Negras.

Abstract

The objective of the research was to discuss the importance of critical-reflective historical knowledge of the participation of Black women in sports as an alternative for the decolonization of knowledge in school Physical Education classes. Using a qualitative theoretical-methodological approach, the study conducted a documentary analysis in the field of Cultural History, involving a digital data collection on the participation of Black women in Brazilian sports based on publications in the Rio de Janeiro newspaper Sport Ilustrado (1920 to 1956). The results highlighted that Black women faced various prohibitions and arbitrary actions masked by the rhetorical discourse of racial democracy. Therefore, the presence of these athletes in competitions and the publication of their rankings by the media does not imply that they had equal space and appreciation in their sports trajectories compared to other white women and/or men in different social classes.

Keywords: Decoloniality; Sport; Black Women.

Resumen

El objetivo de la investigación fue discutir la importancia del conocimiento histórico crítico-reflexivo sobre la participación de mujeres negras en el deporte como una alternativa para la descolonización del conocimiento en las clases de Educación Física escolar. Con un enfoque teórico-metodológico cualitativo, el estudio llevó a cabo un análisis documental en el campo de la Historia Cultural, abarcando un levantamiento digital de datos sobre la participación de mujeres negras en el deporte brasileño, basado en publicaciones en el periódico carioca Sport Ilustrado (1920 a 1956). Los resultados destacaron que las mujeres negras enfrentaron diversas prohibiciones y arbitrariedades ocultas por el discurso retórico de la democracia racial. Por lo tanto, la presencia de estas atletas en competiciones y la publicación de sus clasificaciones por los medios de comunicación no implica que hayan tenido un espacio y una valoración equitativos en sus trayectorias deportivas en comparación con otras mujeres blancas y/o hombres en diferentes clases sociales.

Palabras clave: Decolonialidad; Deporte; Mujeres Negras.



INTRODUÇÃO

A estrutura de dominação colonial que se fez por parte dos europeus assumiu uma significação a-história, isto é, um processo histórico e social de poder que se justificou como fenômenos naturais de dominação de algumas sociedades sobre outras. Para Quijano (1992), a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que, no decorrer do tempo, foram sendo constituídas e codificadas como raciais, étnicas, antropológicas ou nacionais, assim, “[...] é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados [...], discriminados são exatamente os membros das ‘raças’, das ‘etnias’, ou das ‘nações’ em que foram categorizadas as populações colonizadas [...]” (QUIJANO, 1992, p. 2). A cultura européia, chamada também de “ocidental”, foi imposta por meio de uma colonização (interiorização) do imaginário dos dominadores.

A colonialidade que se observa na América Latina e, até mesmo, em um âmbito global, pode ser definida como cicatrizes de um processo de repressão cultural e genocídio emplacado pela colonização. Quijano (1992) exemplifica a questão pelo contexto histórico de extermínio de aproximadamente 35 milhões de habitantes da área asteca-maia-caribe ocorrido em um período inferior a 50 anos, tendo ocasionado não somente uma catástrofe demográfica, mas destruição da sociedade e da cultura. Essas culturas da América Latina foram rotuladas como subculturas camponesas iletradas, e destituídas de padrões próprios de expressão formalizados, seja intelectual, plástica ou visual, portanto, esses povos assumiram os padrões culturais dos dominantes, muitas vezes, transformando-os em outras formas de expressão como princípio de um processo de resistência. Em relação aos povos e suas culturas que não foram suprimidos por processos de colonização, como na Ásia e no Oriente Médio, o poder político-militar e tecnológico europeu determinou normas orientadoras de desenvolvimento cultural, intelectual e artístico, que os alocou em uma relação de subalternidade.

Como reflexo dessa estrutura histórica de poder, ainda uma menina negra latina, brasileira, deve se perguntar se tem chance de se tornar uma grande atleta, e essa indagação não se referirá a seu potencial atlético, mas, sim, aos impactos das desigualdades sociais marcadas por categorias como raça, etnia e classe interseccionadas também às questões de gênero. Na mídia, no seu cotidiano, ou mesmo na escola encontrará imagens e relatos da história esportiva da ginasta Rebeca Andrade, da judoca Rafaela Silva, todavia, essas visões de participação esportiva da mulher negra no Brasil se inter cruzarão com falas depreciativas, com racismo nos estádios de futebol, com interlocuções que carregarão, inclusive, uma linguagem





engendrada em “peles negras, máscaras brancas”. Fanon (2020, p. 45), em sua incisiva crítica de enfrentamento ao racismo, considera que se deve “[...] ajudar o negro a se libertar do arsenal complexual que brotou do seio da situação colonial [...]”. Ainda com o autor, destaca-se que “[...] a questão não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo [...]” (FANON, 2020, p. 31), assim, observa-se que toda a compreensão atual de universo esportivo traz vários obstáculos às mulheres negras, seja nos âmbitos do sexismo e generificação das práticas esportivas, afora a conciliação que esses recebem à construção de uma referência de conhecimento, poder e de sucesso social definida pela perspectiva do homem branco ocidental.

Sob a marca da nação civilizadora as práticas esportivas no Brasil ainda seguem uma situação originária colonial. Ferreira Júnior (2021) ressalta que a história do esporte brasileiro, nos primeiros anos do século XX, desenvolveu um processo intencional de desvalorização das memórias da população negra, condenando ao esquecimento o talento e superação de pessoas negras no esporte, assim como, usando da artimanha de rostos embranquecidos como forma de subjugar o imaginário social a uma obrigatória adequação à referência branca e ocidental. Pereira e Raiher (2020), ao se debruçarem na indagação investigativa principal sobre quais seriam os elementos que interferem na prática esportiva das mulheres na sociedade brasileira, destacam o caráter polissêmico e relacional que marca a hierarquização das práticas esportivas, desde o acesso, manutenção e qualidade de vivências, sendo que a existência de locais de prática apropriados, recursos, a supervisão de profissional qualificado na área, dentre outros elementos, são marcadores de privilégios e da exclusão de determinados grupos.

Já se concebendo que o mundo esportivo foi construído historicamente como masculino (DUNNING; MAGUIRE, 1997), infere-se também que essa perspectiva seja dinâmica no contexto de diferentes grupos, pois entre mulheres-mulheres e homens-homens (SCOTT, 2005), portanto, de maneira relacional, a condição social interferirá na magnitude de acesso e possibilidades de práticas esportivas dos indivíduos em seus percursos de vida. Vale lembrar que na lógica de intersecções das categorias - gênero, condição socioeconômica e raça/etnia - a desigualdade marcará como “[...] as mais excluídas, as mulheres negras, mães solteiras e às chefes de famílias, pois estão localizadas em posições de menor prestígio nos campos sociais [...]” (PEREIRA; RAIHER, 2020, p. 8).

O racismo naturalizado no Brasil, que embute uma espécie de inferioridade natural a pessoas negras, culpabiliza-as pelas suas próprias mazelas e subjuga suas vidas ao código





da inaptidão (ALMEIDA, 2019), somado a isso, as justificativas misóginas, sexistas, que destituem de mulheres negras, brancas e a quaisquer outros seres humanos, o potencial e liberdade do ser como identidade dissidente, são marcas incontestáveis de colonialidade. Perante essas amarras, o presente estudo se desafiou a discutir a importância do conhecimento histórico da participação de mulheres negras no esporte brasileiro como subsídio para a discussão acerca da decolonialidade dos saberes nas aulas de Educação Física Escolar, concebendo a necessidade de que esses saberes sejam pungentes em seu caráter crítico e reflexivo, elucidando os obstáculos e superações que têm regido o cotidiano das pessoas negras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Análise Documental e a Perspectiva do Feminino na História

O estudo com aporte teórico-metodológico qualitativo, desenvolveu análise documental de cunho historiográfico (GRAZZIOTIN et al., 2022), compreendendo que a problematização central do estudo esteve aliada à análise do conjunto de condições que marcou as trajetórias de mulheres negras na história do esporte. O estudo traçou suas particularidades de análise na História Cultural (BURKE, 2021), submetendo-se a noção de documento, a uma ampliação de seu escopo, problematizando outras fontes, dentre elas as fontes visuais, portanto, o desenho metodológico foi articulado para a resgate de imagens (fotografias) imersas em reportagens de periódicos esportivos das décadas de 1920 a 1950.

O levantamento digital de dados acerca da participação de mulheres negras no esporte brasileiro, foi realizado no periódico carioca Sport Ilustrado (1920 a 1956). Primeiramente foram utilizados os descritores: 'negra', 'negras', 'mulheres negras' nos buscadores do periódico como um primeiro contato, sobretudo, com as nomenclaturas empregadas na época. Desse primeiro levantamento, surgiram novas expressões como: 'raça negra' e 'mulheres de cor'. Essas expressões passaram a ser implementadas como novos descritores na pesquisa. Em um terceiro momento, o levantamento de dados seguiu com a adoção dos nomes de atletas negras brasileiras já reconhecidas no cenário esportivo à época de publicação das reportagens, afora a identificação de nomes expostos em estudos no campo da história das mulheres no esporte (FARIAS, 2008). Os nomes das atletas Melânia Luz, Aida





dos Santos, Wanda dos Santos e Deise Jurdelina de Castro foram, também, utilizados como descritores.

Ao resgatar a história de mulheres negras no esporte oportuniza-se, não apenas a visibilidade de suas trajetórias, tornando histórico aquilo que foi escondido da história (SCOTT, 1998), mas a problematização de hierarquias de gênero, as relações de poder, as sexualidades, os corpos, a educação, os trabalhos de mulheres e homens, por uma perspectiva relacional de gênero (WOLF; POSSAS, 2005).

ANÁLISE DE DADOS

O estudo abarcou a análise de dados no método de análise de conteúdo, referenciado pelos procedimentos e constatações de Laurence Bardin (1977). A finalidade dessa abordagem foi identificar e reconhecer os meandros de significados expressos nos discursos das reportagens identificadas pelo levantamento digital. Os dados coletados pelas imagens (fotografias) presentes nos periódicos passaram pela análise proposta por Loizos (2007), considerando-se que os registros fotográficos devem ser observados com embasamento histórico detalhado do tempo e lugar.

DECOLONIALIDADE E ESPORTE

Desprender-se, Transgredir e Desobedecer ao Modelo Esportivo Tradicional

A colonialidade é ainda o modo instituído de dominação no mundo atual, considerando-se que o colonialismo, como ordem política explícita, foi destruído (QUIJANO, 1992). O colonialismo impôs uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimentos e significações. A partir desse fundamento, usou de artimanha para o primeiro momento colocá-los longe do alcance e acesso dos dominados, mais tarde os ensinaram de modo parcial e seletivo para cooptar dominados em instâncias de poder dos dominadores, assim, a cultura europeia se converteu, sobretudo, em uma sedução, uma aspiração, o poder instituído na criação de um modelo cultural universal.

O imperialismo, considerado pelo autor como sucessor do colonialismo, pode ser definido por uma associação de interesses sociais entre grupos dominantes (classes sociais e etnias específicas), de países desigualmente colocados em uma articulação de poder. Isso





permitiu que continentes e seus povos, como na África e Ásia, tivessem a sua destruição cultural, o poderio europeu destituiu essas culturas de legitimidade e de reconhecimento na ordem cultural mundial, sendo categorizados como “exóticos” ou na categoria do “outro” dentro do imaginário coletivo. O “outro” passa a representar, por ordem do agente enunciativo (cultura hegemônica), a inferioridade, o ser humano de segunda classe, vulnerabilizando a vida e a existência de pessoas negras, homossexuais, povos de idiomas “[...] do mundo não-europeu e não estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana [...]” (MIGNOLO, 2017, p. 18).

Como resposta à colonialidade, ou seja, à persistência de uma matriz colonial de poder, condutora de relações de poder instituídas pela retórica da salvação, progresso e felicidade da visão moderna, deflagra-se a decolonialidade como desejo de desprender-se das principais macronarrativas ocidentais. Não por acaso, próximo cronologicamente à realização da conferência, em 1961, Frantz Fanon publica a obra *Condenados da Terra* que constituiria os fundamentos políticos e epistemológicos da decolonialidade. As raízes históricas da decolonialidade surgem na Conferência de Bandung (Indonésia) de 1955, na qual se reuniram 29 países da Ásia e África, com o intuito de sinalizar um caminho de futuro que não fosse nem capitalista, nem comunista, portanto, apostando na visão decolonial como um novo modo de pensar, desconectado das anteriores ou novas epistemes, cronologias e paradigmas (moderno, pós-moderno, teoria quântica etc) e voltando-se para reconhecer a “sensibilidade de mundo” aliada à experiência da colonialidade (MIGNOLO, 2017).

De volta ao começo, buscar quem realmente somos como identidade cultural, essa é uma das prerrogativas principais, que embasam a decolonialidade, assim, traçar possibilidades de expressão que representem os povos antes colonizados e hoje marcados pelo estigma colonial da subalternidade, como detentores de uma cultura singular, afora combater as estruturas patriarcais que demarcam as relações humanas e condenam os corpos a obedecerem a interesses hegemônicos. Na Educação Física, a cultura corporal subsidiada pela decolonialidade, institui alternativas de retomada de nossas ancestralidades, pois existem práticas e corpos que expõem a história de traços culturais que sofreram repressão, foram subjugados e silenciados pelo eurocentrismo esportivo, o que tem continuado a fortalecer as relações de colonialidade com a difusão escolar da monocultura esportiva.

A indulgência da ação de descolonizar o esporte, acima de tudo, significa mostrar outros caminhos que possam romper a visão patriarcal e opressora das relações coloniais que





tem também dominado o esporte como instituição social, revelando historicamente os processos de interdição e exclusão de grupos. O caminho para a decolonialidade do esporte nas aulas de Educação Física é a formulação e implementação intencional de práticas pedagógicas na perspectiva antirracista e decolonial, o que sugere descobrir outros intercruzamentos semânticos para a cultura corporal, abarcando nossas várias influências culturais, mas, sobretudo, elucidando práticas não massificadas, idealizando conteúdos que se conectem à vida dos alunos.

O esporte instituído na escola é invenção de modelos euro-estadunidenses, carregando as demarcações históricas de um pensar o corpo como objeto a ser subjugado por interesses políticos e econômicos, assim, propagou-se na Educação Física um discurso hegemônico de que tais práticas esportivas representariam o universal enquanto possibilidades de progresso para o país. As modalidades esportivas coletivas desenvolvidas nas escolas, prioritariamente, representam uma monocultura esportiva (ARAÚJO; ROCHA; BOSSLE, 2018) compartilhada e legitimada na cultura escolar, aliada à retórica de que - futebol, handebol, basquetebol e voleibol, constituiriam o quarteto básico de alfabetização esportiva a ser priorizado na educação básica. Essa supremacia esportiva tem, de forma secular, silenciado as possibilidades de expressão e valorização na escola de outras práticas, com outros objetivos e matrizes culturais, assim como, tem descreditado outras maneiras de se idealizar o esporte que não seja a partir desse modelo esportivo tradicional moderno. Sá (2022) ressalta que, mesmo tentando-se superar essa hegemonia da cultura corporal européia de movimento, as práticas pedagógicas nas escolas ainda demonstram um caráter acrítico.

O silenciamento de outras práticas corporais na escola e a hegemonia do esporte moderno tradicional caminharam historicamente como elementos de um mesmo processo de colonialidade epistemológica, política e pedagógica que atingiu diferentes setores da sociedade, e alavancou uma Educação Física historicamente marcada pela exclusão dos menos habilidosos e desvalorização das expressões da cultura corporal do terceiro mundo. Para Walsh e colaboradores (2018), a decolonialidade representa o questionamento dessa geopolítica de conhecimento que abarcou conhecimentos e paradigmas da modernidade e os transformou em verdades universais, subalternizando os sujeitos e culturas que produzem outros conhecimentos e histórias.

A prática pedagógica decolonial idealizada na Educação Física cobra não apenas, ou simplesmente, um novo olhar sobre o que já existe, isso não seria suficiente, isso porque o





objetivo é “[...] transformar os termos da conversa e não só seu conteúdo [...]” (MIGNOLO, 2017, p. 17). Outro olhar do mesmo, ainda carrega as amarras epistêmicas do eurocentrismo, portanto, como salienta Fanon (2020), há que se compreender a percepção biográfica do corpo negro no terceiro mundo, advindo de povos e culturas antes colonizados e hoje subjugados às estruturas de poder da colonialidade. Essa percepção traz a experiência da colonialidade e, sobretudo, a partir das particularidades dessas vivências, que deve ser elucidado um novo caminho, de superação e resistência, com práticas pedagógicas ambientadas e significadas pelo “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) desses grupos. Não há uma proposta pronta de novas práticas pedagógicas, há na educação o imperativo que se deve desprender dessas marcas de dominação, também persistir na negação de qualquer sensibilidade de mundo que leve a uma possível hierarquização de categorias perante a sociedade, cultura e ser humano.

Ser uma mulher negra no esporte: essa história pode ser (re)escrita?

O cenário de inserção das mulheres negras afro-brasileiras no esporte foi marcado pela interseccionalidade, destacando questões de raça/etnia, gênero e classe como definidoras da exclusão cotidiana vivenciada por essas atletas no decorrer da história. Os pódios tornaram-se, nas primeiras décadas do século XX, uma escada alta e de subida fatigante para as **mulheres negras** (grifo da autora), assim intituladas pelo discurso colonial, tendo suas trajetórias esportivas geridas por arbitrariedades, diversas vezes, institucionalizadas, interpretações enviesadas sobre as suas habilidades e expressões de *performance* perante as atletas brancas, entre outras injustiças abarcadas de racismo e discursos meritocráticos que tomaram seus talentos esportivos na invisibilidade (BONZAGNI, 2017).

Junto à decolonialidade, o estudo da interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para desvendar os desafios que emergem na análise de problemas sociais, pois quando é retratado o cotidiano da trajetória esportiva de uma mulher negra, a desigualdade social pertinente a esse contexto vem carregada de diferentes fatores intervenientes: ser mulher, negra, origem local/nacional, classe, prática esportiva - todos esses fatores têm sua complexidade invisibilizada por reflexões dadas por lentes monofocais (COLLINS; BILGE, 2021).

Na construção de uma epistemologia feminista decolonial, Tabuchi e Rossi (2023) salientam a necessidade de emergência de outros métodos de produção de saber, aliados à visão da interseccionalidade, das experiências coletivas e lutas sociais, compreendendo que





essas elucidam o caráter reflexivo das dinâmicas racistas e coloniais da modernidade que marcam as vidas de mulheres racializadas e periféricas das culturas colonizadas. A história das mulheres negras no esporte brasileiro ainda não apresenta a sua devida valorização e reconhecimento social, o que se vem escutando nas salas, nos corredores e nas quadras das escolas são falas, muitas vezes, desconexas da realidade dessas mulheres, histórias que reforçam o condicionamento a “máscaras brancas” assim conceituadas por Fanon (2020), assim, apesar de todo o empenho de educadores na implementação de práticas pedagógicas antirracistas, ainda o que se identifica com supremacia é uma história escrita sob olhares e direcionamentos eurocêntricos (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

A cor da pele pode ter sido um marco no esporte desde muitas décadas atrás? A cor demarcava (e demarca) divisões, territórios, separa grupos, rivaliza gestos e sentidos. A história do esporte está repleta das nuances da cor da pele, os ‘pretos’ e os ‘brancos’, os feitos e as histórias contadas apenas por uma única versão. Fanon (2020) defende a perspectiva de que a consciência de ser negro não está definida na cor da pele, mas no imaginário racial do mundo colonial moderno, assim torna-se negro ou homossexual ou mulher por um discurso no qual esses não se percebem participantes, mas excluídos, sendo conduzidos por regras que não podem controlar e sem abertura para questionamentos.

No ano de 1939, no periódico *Sport Ilustrado*, foi publicado um registro da chegada de uma prova de corrida de 50 metros do atletismo feminino, com o destaque de seis atletas que conseguiram ser finalistas do campeonato, então realizado na cidade de Waterbury, no estado estadunidense de Connecticut. Na reportagem são comparadas as atuações e resultados das atletas na prova: “[...] o interessante é que das participantes só uma branca chegou à final, enquanto que as demais, em número de cinco, eram mulheres de cor. A branca não logou sinão um 5^a. lugar, como se deprehe de da propria photo [...]” (A MULHER [...], n. 78, 1939).



Figura 1 – Prova de corrida de 50 m do atletismo feminino na década de 1930



Fonte: Sport Ilustrado, 1939.

A participação vitoriosa de mulheres negras como um fato inusitado na história do esporte, sinaliza como para essas atletas o reconhecimento no esporte não foi escrito nos livros de História, assim como, suas possibilidades de acesso e sucesso nas práticas esportivas ainda estão aquém de homens e mulheres brancas. A prática esportiva na história foi alavancada a um campo de disputa no qual se permite observar relações de poder e hierarquias sociais em que o corpo feminino, aparece inferiorizado e racializado (FERREIRA JÚNIOR, 2021), sobretudo, havendo uma sociedade demarcada pelos valores coloniais, o fenômeno esportivo contemporâneo expõe-se como continuidade de um espaço privilegiado a uma classe social específica, com símbolo de branquitude e pautada em relações patriarcais de referência.

Nesse universo esportivo, a mulher negra não tem espaço equânime em relação a homens e mulheres brancas, e sua trajetória esportiva denuncia a farsa da democracia racial brasileira. O referido autor, ao estudar a inserção e presença de mulheres negras no esporte olímpico, deflagrou o racismo na história de Melânia Luz, primeira atleta afro-brasileira. A velocista brasileira Melânia Luz, entre as décadas de 1940 e 1950 apresentou destaque nas reportagens dos periódicos nacionais e internacionais. Esses recortes de reportagens, dentro do cenário esportivo brasileiro de início do século XX, deixam escapar, por vezes, uma resistência à presença de mulheres como protagonistas e atletas consagradas em suas modalidades, emitindo mensagens à sociedade de que as mulheres serão sempre delicadas, devendo ser devotadas ao lar e à família, por isso, as reportagens que envolvem as atletas fogem do tema do esporte e se remetem ao casamento marcado da atleta com determinado jogador, a beleza de seus rostos, de seus gestos, a importância da maternidade. “[...] Wanda



Santos e Lourdes de Abreu formam a nova geração na corrida de 80 metros com barreiras [...] íamos esquecendo, Melania Luz esta esplendida velocista, completam a nossa lista de ótimos valores 'sexo-delicado'" (MAIS PRÓXIMOS, 1947).

Figura 2 – Chegada da corrida de 100m rasos no 18º. Campeonato Sul-Americano de Atletismo (São Paulo), (direita à esquerda – atleta chilena, Deise Jurdelina e Benedita de Oliveira)



Fonte: Sport Ilustrado, Rio de Janeiro, 1954.

Há um enquadramento social que determina a essas mulheres um 'não lugar', a presença em um espaço que não é o delas, ratificado como transgressão, e isso se amontoa no caso das mulheres negras, pois o mito da democracia racial faz com que se acredite que são deixadas a participarem, portanto, sempre as lembrarão com espanto de seus feitos, não porque se abrilhanta o reconhecimento do talento esportivo das atletas, mas porque se espera menos daqueles e daquelas que são racialmente determinados dentro de um plano hierárquico comparativo de representações atléticas.

Entre interdições e arbitrariedades, as mulheres negras têm historicamente ocupado as cenas esportivas, e ressaltando em suas peles como o esporte reproduz a estrutura racista e sexista (BONZAGNI, 2017), são excluídas de competições pelo favorecimento de atletas brancas, sofrem perseguições que interferem em seus acessos e desempenhos nas provas atléticas, evidencia-se a falta de oportunidades de espaços de treino pela carência financeira, além de serem publicamente discriminadas. Esses foram alguns exemplos que contextualizaram a conjuntura esportiva vivenciada pelas corredoras estadunidenses Tidy





Pickett (1914-1986) e Louise Stokes (1913-1978), pioneiras da inserção de mulheres afro-americanas que participaram em Olimpíadas representando o país nas décadas de 1920 e 1930. Além de terem sua feminilidade questionada por não se enquadrarem nos padrões estéticos da época, nos quais se definiam perfis de mulheres brancas, com cabelos longos e corpos esbeltos.

A não adequação aos padrões de feminilidade no esporte tem sido uma artimanha de relações de poder impregnadas de colonialidade, assim, utilizam-se da política de testes de sexo como reforço às ideologias de diferença sexual natural e categórica, excluindo assim algumas mulheres da participação esportiva (BAILEY, 2016), afora, expõe-se posturas discriminatórias racistas dirigidas a atletas negras que infringem os padrões ocidentais de beleza e feminilidade. O caso da atleta meio-fundista sul-africana, campeã olímpica e mundial dos 800 metros, Mokgadi Caster Semenya, tem sido um exemplo de que a tradicional dicotomia de sexo/gênero deve ser questionada, pois deve-se reconhecer que ter características tanto masculinas quanto femininas não desqualifica necessariamente alguém como menina, expurgando a compreensão binária estrita de gênero (BUTLER, 2022), contaminada por misoginia e racismo, e forjada por explicações científicas e conclusões subjetivas.

Retratar historicamente esses fatos como marcantes para se compreender o contexto social no Esporte, mostrando imagens aos alunos (RODRIGUES; BALBINO, 2020) podem sensibilizá-los acerca da importância desse giro decolonial, ou seja, apreender novos significados às trajetórias históricas de homens e mulheres negras, alternativas que não resumam, assim desqualificando, a história das pessoas negras no Brasil fundada pelo discurso reducionista e opressor do 'escravizado'. Beatriz Nascimento (1942-1995), representativa historiadora brasileira e ativista do movimento negro, destacava em suas palestras a necessidade de desconstrução da história do Brasil, tendo essa sido escrita por mãos brancas. A historiadora relata que ao chegar na universidade, no caso, Universidade de São Paulo na década de 1970: "[...] a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava [...] (NASCIMENTO, 2021, p. 09).

Segundo Adjepong (2019), a recusa de atletas negras em se conformar às expectativas normativas sobre gêneros e sexualidade africanos pode fornecer caminhos alternativos para compreender as masculinidades de mulheres negras além de narrativas de





patologia, feminilidade fracassada e aberração. Deve ser criado um espaço para o desprender-se das normas de gênero e das ideias hegemônicas sobre a feminilidade negra, justamente, apreendendo-as como demarcatórias da colonialidade no esporte. A invisibilidade não significa ausência (GOELLNER et al., 2011) e este pode ser um caminho para o empoderamento de mulheres negras no esporte, a partir da construção e da reivindicação ao (re)escrever a história. Em estudo pautado na análise da inserção e presença das mulheres negras no esporte olímpico ao longo do século XX, Ferreira Júnior (2017) registrou a narrativa da ex-atleta Melânia Luz sobre os percalços como primeira atleta olímpica afro-brasileira. Melânia traz em sua narrativa a seguinte reflexão “[...] eu fiquei na história. Eu também competi. Não é que me deixaram [...]”, o teor de sua afirmação torna incontestável o seu empoderamento hoje observando as suas conquistas e superação, insurgindo a reivindicação de que ela, assim como, outras mulheres negras no esporte, tornem-se protagonistas de suas próprias histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história das mulheres negras no esporte, sob o aporte teórico da decolonialidade, é um caminho para a transformação, como mecanismo de denúncias ao racismo, mas também de visibilidade à resistência e empoderamento dessas atletas. Esse conhecimento histórico, em termos pedagógicos, deve elucidar o desmascaramento do mito da democracia racial a partir da análise reflexiva de interdições e arbitrariedades pelos quais essas mulheres sofreram para alçarem, não somente ao pódio, mas de se sentirem presentes e atuantes no Esporte, apesar da invisibilidade de seus potenciais esportivos e das injustiças promovidas pelas desigualdades sociais. As pessoas negras têm uma história no Esporte. Por mais que essa história ainda esteja escrita de forma incipiente, afora, essa história tenha sido escrita, por vezes, sob rostos e máscaras brancas da colonialidade, essa história pode ser (re)escrita com suas próprias falas e com imagens que não neguem que “elas estavam lá, e passaram a linha de chegada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADJEPONG, Anima. Voetsek! Get [ting] lost: African sportswomen in ‘the sporting black diaspora’. **International review for the sociology of sport**, v. 55, n. 7, p. 868-883, 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.





A MULHER nos sports. **Sport Illustrated**, Rio de Janeiro, n. 78, 1939.

BAILEY, Moya. Misogynoir in medical media: on Caster Semenya and R. Kelly. **Catalyst: feminism, theory, technoscience**, v. 2, n. 2, p. 1-31, 2016.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BONZAGNI, Emily. **Politics of exclusion**: an analysis of the intersections of marginalized identities and the olympic industry. New York, USA: Syracuse University, 2017.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ARAÚJO, Samuel Nascimento de; ROCHA, Leandro Oliveira; BOSSLE, Fabiano. Sobre a monocultura esportiva no ensino da educação física na escola. **Pensar a prática**, v. 21, n. 4, p. 824-835, 2018.

SÁ, André Luiz das Graças de. Decolonizando a cultura corporal: algumas reflexões e proposições. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 1-16, 2022.

FARIAS, Cláudia Maria de. Projeção e emancipação das mulheres brasileiras no esporte, 1932-1968. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU, 2020.

FERREIRA JUNIOR, Neilton. "Eu fiquei na história. Eu também competi. Não é que me deixaram": aspectos da inserção da mulher negra no esporte olímpico. In: RUBIO, Katia. **Mulheres e esporte no Brasil**: muitos papéis, uma única luta. São Paulo: Laços, 2021.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos feministas**, v. 5, n. 2, p. 321-348, 1997.

GOELLNER, Silvana Vilodre; JAEGER, Angelita Alice; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. Invisibilidade não significa ausência: imagens de mulheres em obras referenciais do skate e do fisiculturismo no Brasil. **Ex aequo**, n. 24, p. 135-148, 2011.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. 1-21, 2022.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (Comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992.





LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. São Paulo: Vozes, 2007.

MAIS PRÓXIMOS da vitória os atletas brasileiros. **Sport Ilustrado**, Rio de Janeiro, n. 471, 1947.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista epistemologias do sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

PEREIRA, Marcela Caroline; RAIHER, Augusta Pelinski. A prática esportiva feminina no Brasil: ênfase na condição de pobreza. **Acta scientiarum. Human and social sciences**, v. 42, n. 2, p. 1-12, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SCOTT, Joan W. e colaboradores. A invisibilidade da experiência. **Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 16, p. 297-325, 1998.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. **Revista estudos feministas**, v. 31, p. 1-15, 2023.

VENCERAM em toda linha os atletas brasileiros. **Sport Ilustrado**, n. 838, p. 9, 1954.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Education policy analysis archives**, v. 26, n. 83, p. 1-16, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 3, p. 585-589, 2005.

Dados da primeira autora:

Email: paula.chies@ueg.br

Endereço: Avenida Brasília, 32, Setor Leste, Porangatu, GO, CEP: 76550-000, Brasil.

Recebido em: 28/02/2024

Aprovado em: 02/04/2024





Como citar este artigo:

CHIÉS, Paula Viviane. Decolonialidade e esporte: mulheres negras na linha de chegada!
Corpoconsciência, v. 28, e.17228, p. 1-15, 2024.

